



PODER

MP da reoneração na agenda com Lula e Lira

Haddad tenta negociar com Congresso alternativas para viabilizar a medida provisória, sem provocar os parlamentares

» EDLA LULA

A medida provisória da reoneração da folha de pagamentos será tema de reunião, hoje, entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Desde que a MP foi anunciada, no último dia útil do ano passado, parlamentares vêm pressionando para que o Congresso devolva o texto.

O governo, agora, tenta negociar com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), alternativas que possam viabilizar o teor da MP, sem provocar os parlamentares. Haddad esteve com Pacheco na segunda-feira e deve se encontrar com Lira amanhã.

Segundo o ministro, a edição da MP foi necessária para cobrir o buraco de R\$ 32 bilhões em renúncias fiscais que não estavam previstas no Orçamento de 2024.

“Sempre procuro esclarecer os valores que estão envolvidos [nas propostas]”, disse Haddad a jornalistas, após se reunir para tratar do assunto com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e com o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

Ele voltou a afirmar que o Perse — programa criado para socorrer empresas do setor de eventos na época da pandemia — significou a renúncia de R\$ 16 bilhões, o que deve se repetir este ano.

A desoneração da folha de pagamentos terá impacto de R\$ 12 bilhões no Orçamento de 2024. O mesmo projeto que prorrogou a desoneração da folha estendeu o benefício a municípios menores, o que vai gerar outra renúncia, de R\$ 4 bilhões. “Tudo somado, estamos falando de R\$ 32 bilhões que não estão previstos no Orçamento”, reforçou o ministro.

Ele citou ainda outros R\$ 200 bilhões referentes a compensações de créditos tributários que afetaram negativamente a folha de pagamentos no ano passado e, por isso, o governo buscou corrigir com a MP.

Um de seus dispositivos criou o limite mensal para

compensação de créditos tributários em valores acima dos R\$ 10 milhões. “Isso passa agora por um disciplinamento, que dá capacidade de planejamento para o Estado brasileiro”, comentou.

Por se tratar de um ano eleitoral, um dos temas mais sensíveis da MP é o fim da desoneração dos municípios. Por isso, a reunião de hoje, com Lula, buscará levantar respostas para as entidades que representam os municípios. “Há um compromisso nosso, desde o ano passado, de que vamos sentar com as representações municipalistas para encontrar um caminho que caiba no Orçamento, para que não haja problema de execução”, destacou.

Haddad descartou qualquer conflito com o Congresso e disse que o governo está aberto a ouvir novas sugestões. “Não existe tensão entre os Poderes. A Fazenda negociou projetos complexos, difíceis, que ninguém sequer apostava em sua aprovação. Não temos problema em discutir”, enfatizou.

Importações

Frentes parlamentares contrárias à reoneração da folha de pagamentos sugerem que, em vez de elevar a arrecadação da receita aumentando a carga das empresas nacionais, o governo volte a tributar as importações de compras até US\$ 50, que tiveram o imposto de importação zerado no ano passado. Essas frentes, entre as quais está a do Empreendedorismo, participam da Coalização Força Têxtil Brasil, que vem pressionando o Executivo a reonerar os importados.

“Causou estranheza o fato de a taxação das importações não ter sido incluída na MP 1.202, que buscava ampliar a arrecadação”, comentou o presidente da Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX), Edmundo Lima, que também integra a Força Têxtil.

Segundo ele, havia o entendimento de que o governo passaria a taxar as importações. “Tivemos reunião com o Haddad e o Alckmin [Geraldo,

Diogo Zacarias



Segundo Haddad, a MP foi necessária para cobrir o buraco de R\$ 32 bilhões em renúncias fiscais que não estavam previstas no Orçamento de 2024



Não existe tensão entre os Poderes. A Fazenda negociou projetos complexos, difíceis, que ninguém sequer apostava em sua aprovação. Não temos problema em discutir”

Fernando Haddad,
ministro da Fazenda

ministro do Desenvolvimento] e nos sinalizaram que até o fim de dezembro sairia uma medida que traria igualdade de condições entre os setores nacional e importados”, frisou Lima. “Ao contrário disso, o governo acabou excluindo o setor têxtil da reoneração gradual.”

Projeções

Um estudo divulgado na segunda-feira pela Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) apontou que a tributação das compras de valor inferior a US\$ 50 tem potencial para gerar arrecadação maior do que mostrava um outro estudo, feito pela Receita Federal.

De acordo com a pesquisa, mesmo aplicando alíquota de 28%, como chegou a ser discutido, o governo deverá arrecadar

pelo menos R\$ 14,6 bilhões, em um cenário menos otimista. No cenário mais positivo, as projeções são de arrecadação de R\$ 19,1 bilhões.

As apresentadas pela Receita, caso se confirmasse a tributação de 28%, mostravam uma arrecadação de R\$ 2,8 bilhões, em um cenário em que houvesse 30% de queda nas compras. Se as compras caíssem 70%, a arrecadação seria de R\$ 1,23 bilhão.

“Ainda que houvesse tamanha queda — o que claramente não aconteceria —, a Receita não considerou, em suas estimativas, o crescimento do mercado nacional”, salientou o presidente da Fiemg, Flávio Roscoe.

A pesquisa da federação mineira traz estimativas que incluem um potencial crescimento da indústria e do comércio locais, uma vez que as pessoas

não deixariam de comprar a mercadoria, apenas trocariam de fornecedor. “Haveria o impacto do tributo a ser recolhido pelas cadeias nacionais, que vão vender o produto. O consumidor não vai deixar de comprar um bem que precisa porque o imposto aumentou no site. Ele vai comprar o que for mais barato. Passa a comprar no mercado local.”

Haddad disse que nenhuma proposta foi levada a ele, mas está aberto a ouvir sugestões. “Fizemos isso com os governadores. Ouvimos os governadores e criamos o Remessa Conforme (incluindo o ICMS). Não temos problemas em ouvir opiniões de como proceder, o que não dá é para antecipar uma situação que depende de encontros que ainda estão acontecendo”, destacou.

Confederações vão ao STF contra isenção até US\$ 50

Tomaz Silva/Agência Brasil



O setor industrial está entre os que são contrários à MP 1.202

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) vão protocolar ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a isenção do imposto de importação para bens de pequeno valor destinados a pessoas físicas no Brasil. A legislação brasileira permite que compras feitas por pessoas físicas em valores de até US\$ 50 sejam isentas do imposto de importação.

No ano passado, o governo estendeu esse benefício para empresas que vendem produtos por site. As entidades alegam que, na época da criação das leis que regulam o tema — décadas de 1980 e 1990 — o contexto socioeconômico era diferente do atual. Não havia a internet, o comércio eletrônico, onde existia, tinha dimensões muito menores que

atualmente, sem grandes impactos na economia.

“Os dados econômicos atuais mostram que a total desoneração do imposto de importação resulta em relevante impacto negativo em indicadores nacionais, como crescimento do PIB, emprego, massa salarial e arrecadação tributária”, afirmam as duas instituições em nota.

Segundo as entidades, as importações de pequeno valor saltaram de US\$ 800 milhões em 2013 para US\$ 13,1 bilhões em 2022. Esse montante representou 4,4% do total de bens importados no ano passado.

Segundo a CNI e a CNC, o vício de constitucionalidade ocorre porque “a desoneração tributária das importações de bens de pequeno valor em remessas postais internacionais não possui equivalência para as transações inteiramente nacionais (que suportam

integralmente a carga tributária brasileira)”.

Dessa forma, segundo as entidades, ficam configuradas violações aos princípios da isonomia, da livre concorrência, do mercado interno como patrimônio nacional e do desenvolvimento nacional.

Remessa Conforme

Em agosto do ano passado, o governo lançou o programa Remessa Conforme, que reduziu a zero o Imposto de Importação para compras feitas pelos chamados marketplace, plataformas de comércio eletrônico, para valores que cheguem a no máximo US\$ 50. Entre os exemplos mais conhecidos estão a Shein e a Shopee.

Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, qualificou o programa como um “sucesso absoluto”. Isso

porque, além da desoneração do imposto, o programa exige, para as empresas que aderirem, a contrapartida de dar detalhes sobre cada venda que é feita ao Brasil.

“Nós tomamos a atitude de criar o remessa conforme a um sucesso que, inclusive, fez com que o contrabando, o remessa ilegal, acabasse no Brasil”, comentou Haddad, ao ser perguntado por jornalistas sobre a possibilidade de voltar a onerar as importações, em troca de desonerar a folha de pagamentos.

A CNC e a CNI estão entre as instituições contrárias à Medida Provisória 1.202/2023, que prevê a cobrança da alíquota patrimonial para 17 setores da economia. Juntamente com outras entidades representativas de setores econômicos assinaram, recentemente, uma nota manifestando-se contrárias à MP. (EL)